

## Prefeitura Municipal de Castro Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI 145/09.

CÂMARA MUNICIPAL	DE	CASTRO
------------------	----	--------

Afixado em Mural

De 06 / 10 /2009

Até 14 1 10 12009

SÚMULA: Autoriza a isenção de taxa de Alvará e taxas complementares em evento de natureza social e dá outras providências.

Art. 1º AUTORIZA, excepcionalmente, a isenção de taxa de alvará e taxas complementares na realização de evento de caráter social para arrecadação de fundos para tratamento médico em benefício de criança, de forma complementar ao atendimento prestado pelo SUS, considerando o instruído no Processo Administrativo nº 5900/2009, especialmente em relação ao estudo social de caso e parecer jurídico que o integram, combinado, por analogia, com o disposto no Art. 1º - § 3º, da Lei nº 1864/2008, com dispensa das taxas de água, luz e alugueres de espaço público.

PARÁGRAFO ÚNICO A isenção concedida não desobriga à regularidade do trâmite administrativo do pedido até à expedição do Alvará.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro -PR, em 06 de outubro de 2009.

APROVADO POR LINAINIMIDA DE EM LA DOUGLE DE LA DOUGLE DE

MOACYR ELIAS FADEL JÚNIOR PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº 520

Em 06 de 10 . de 20 00

As 10140 hs. Ass: Poli

Praça Pedro Kaled, 22 – Centro 84.165-540 cnpj: 77.001.311/0001-08 –



## Prefeitura Municipal de Castro Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA ISENÇÃO DE TAXA DE ALVARÁ E TAXAS COMPLEMENTARES EM EVENTO DE NATUREZA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Conforme Processo Administrativo n° 5900/2009, cópia integral em anexo, familiares e comunidade vizinha, prontificaram-se a promover evento com natureza social para apoio ao atendimento de criança, integrante de família de baixo poder aquisitivo, estando atualmente o pai desempregado, para atendimento complementar em exames não suportados pelo SUS, aquisição de medicamentos, fraldas descartáveis e outros atendimentos, considerando-se a gravidade da doença atestada.

A Administração, na instrução do pedido, tomou as devidas cautelas, inclusive com visita domiciliar à família e apresentação de Relatório Social de Caso por Assistente Social, embasando-se em análise jurídica, que assevera a necessidade de autorização legislativa para isenção, embora trate-se de família de baixa renda. Por analogia, uma vez que é pessoa física que conduz a promoção, entende-se pela aplicação do Art. 1º - § 3º da Lei nº 1864/2008, com a dispensa de taxas de consumo de água, luz e alugueres do espaço público. O evento ocorrerá no dia 11 de outubro do corrente ano, junto ao Ginásio de Esportes Gerson Torres, próximo à Secretaria de Educação.

Pode-se ainda, informar que os valores, se auferidos, seriam de R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais) para Alvará Eventual e Taxas e de R\$ 91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos) para Taxa de Vigilância Sanitária, o que para os familiares é de alto custo. Note-se que, mesmo com a isenção pretendida, as formalidades para a expedição do alvará terão que ser mantidas.

Acredita-se na aprovação do Projeto como apresentado, pelo relevante caráter social que apresenta, tendo como objeto definido atendimento a uma criança com grave problema de saúde, que o justifica.

Edifício da Prefeitura Muncipal de Castro - PR, em 06 de outubro de 2009.

MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL